

# **Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2022 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principal assunto de auditoria**

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 415 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## *Reconhecimento da receita dos serviços prestados*

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.6 e nº 14 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia é oriunda substancialmente de: (i) prestação de serviços tarifários com gestão da infraestrutura aeroportuária incluindo serviços de embarque e desembarque de passageiros; e capatazia e armazenamento de cargas; (ii) prestação de serviços não-tarifários com a exploração de atividades econômicas no espaço aeroportuário; e (iii) serviços de construção com construção, melhorias e/ou ampliações da infraestrutura aeroportuária de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, considerando a interpretação técnica ICPC 1 – Contratos de concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que representa o primeiro ano de operação da Companhia, foi reconhecido a receita líquida de R\$326.428 mil.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido: i) aos valores envolvidos; ii) da área ter demandado forte interação com a Administração; e iii) aos requerimentos regulatórios para cumprir com o contrato de concessão relacionados a tarifas praticadas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receita considerando a natureza das receitas da Companhia, aspectos vinculados ao contrato de concessão, entre outros; (ii) entendimento e avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita não faturada; (iii) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação de determinado sistema que afeta o reconhecimento contábil da receita; (iv) testes, em base amostral, dos documentos comprobatórios sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência correto; (v) avaliação das premissas e julgamentos utilizados pela administração para determinar a receita de construção, assim como o respectivo recálculo da receita de construção; e (vi) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controle relacionados ao: i) reconhecimento da receita de serviços não faturada; ii) de tecnologia da informação; e iii) receita de construção, que nos levou a alterar a nossa abordagem de auditoria e a ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. Identificamos também ajustes contábeis na receita de construção, que foi ajustada pela Administração da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita relacionada de serviços prestados, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

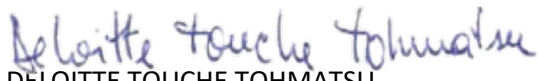
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 19 de maio de 2023

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA

  
Paulo Ferreira Silveira  
Contador  
CRC nº 1 BA 028799/O-3

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMONIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
<b>ATIVOS CIRCULANTES</b>				<b>PASSIVOS CIRCULANTES</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	274.517	90.746	Fornecedores	8	47.332	13.972
Contas a receber	6	28.745	-	Adiantamento de clientes		3.091	-
Despesas antecipadas		1.811	3.265	Empréstimos e financiamentos	10	-	484.858
Estoque		1.257	-	Obrigações trabalhistas		6.877	-
Impostos a recuperar		22.051	-	Partes relacionadas	9	68.839	30.565
Adiantamentos diversos		11.065	594	Impostos a recolher		21.668	2.489
Total dos ativos circulantes		<u>339.446</u>	<u>94.605</u>	Outras contas a pagar		<u>1.285</u>	<u>-</u>
				Total dos passivos circulantes		<u>149.092</u>	<u>531.884</u>
<b>ATIVOS NÃO CIRCULANTES</b>				<b>PASSIVOS NÃO CIRCULANTES</b>			
Despesas antecipadas		-	357	Empréstimos e financiamentos	10	685.402	-
Depósito judicial		12	-	Provisão para manutenção técnica	11	27.874	-
Impostos diferidos	18	18.150	3.469	Provisão para demandas judiciais	12	<u>363</u>	<u>-</u>
Imobilizado		1.395	201	Total dos passivos não circulantes		<u>713.639</u>	<u>-</u>
Intangível	7	<u>739.408</u>	<u>670.258</u>				
Total dos ativos não circulantes		<u>758.965</u>	<u>674.285</u>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	13	253.600	253.600
				Prejuízos acumulados		<u>(17.920)</u>	<u>(16.594)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>235.680</u>	<u>237.006</u>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<u><b>1.098.411</b></u>	<u><b>768.890</b></u>	<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><b>1.098.411</b></u>	<u><b>768.890</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/22	11/06 à 31/12/21
<b>RECEITA DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>			
Receita líquida operacional	14	279.484	-
Receita de construção	14	46.944	22.003
		<u>326.428</u>	<u>22.003</u>
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>			
Custo operacional	15	(191.549)	(2.032)
Custo de construção	15	(46.944)	(22.003)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		<u>87.935</u>	<u>(2.032)</u>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Despesas gerais e administrativas	16	(25.607)	(19.396)
Despesas com vendas	16	(3.125)	-
Outras receitas (despesas) operacionais		(363)	-
		<u>(29.095)</u>	<u>(19.396)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		58.840	(21.428)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Receitas financeiras	17	26.719	1.366
Despesas financeiras	17	(91.365)	(1)
		<u>(64.646)</u>	<u>1.365</u>
PREJUÍZO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(5.806)	(20.063)
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>			
Correntes	18	(10.201)	-
Diferidos	18	14.681	3.469
		<u>4.480</u>	<u>3.469</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO/PERÍODO		<u>(1.326)</u>	<u>(16.594)</u>
Prejuízo por ação básico e diluído (em Reais - R\$)		<u>(0,0052)</u>	<u>(0,0687)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

	<u>2022</u>	<u>11/06 à 31/12/21</u>
Prejuízo do exercício/período	(1.326)	(16.594)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício/período	<u>(1.326)</u>	<u>(16.594)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

	<u>Capital social Integralizado</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Constituição da Companhia em 11 de junho de 2021	-	-	-
Integralização de capital social	253.600	-	253.600
Prejuízo do período	-	(16.594)	(16.594)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	<u>253.600</u>	<u>(16.594)</u>	<u>237.006</u>
Prejuízo do exercício	-	(1.326)	(1.326)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	<u>253.600</u>	<u>(17.920)</u>	<u>235.680</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/22	11/06 à 31/12/21
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Prejuízo do exercício/período		(1.326)	(16.594)
Ajustes para conciliar o caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais			
Impostos sobre o lucro correntes e diferidos	18	4.480	(3.469)
Depreciação e amortização	15	15.962	-
Provisão para manutenção técnica	11	27.874	-
Provisão para perdas esperadas	6	3.111	-
Juros e variações monetárias líquidas		86.827	-
Provisão para demandas judiciais	12	363	-
<b>Variação dos ativos e passivos</b>			
Contas a receber		(25.634)	-
Estoque		(1.257)	-
Impostos a recuperar		(22.051)	-
Despesas antecipadas		1.811	(3.622)
Adiantamentos diversos		(10.471)	(594)
Deposito judicial		(12)	-
Fornecedores		33.360	1.957
Adiantamento de clientes		3.091	-
Obrigações trabalhistas		6.877	-
Impostos a recolher		19.179	2.489
Outras contas a pagar		1.285	-
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais		143.469	(19.833)
Juros pagos		(10.929)	-
Impostos sobre o lucro pagos		(31.457)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		101.083	(19.833)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisição do imobilizado		(2.305)	(201)
Adições ao intangível	8	(87.912)	(648.385)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(90.217)	(648.586)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Aumento de capital social	13	-	256.600
Captação de financiamento	10	831.181	475.000
Partes relacionadas		38.274	30.565
Pagamento de financiamento	10	(674.281)	-
Custos de captação de financiamento	10	(22.269)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		172.905	759.165
<b>AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		183.771	90.746
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
No início do exercício (período)	5	90.746	-
No fim do exercício (período)	5	274.517	90.746
<b>AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		183.771	90.746

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.

Demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/22	11/06 à 31/12/21
Receita bruta de serviços prestados	14	324.378	-
Receita de construção	14	46.944	22.003
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custos de construção	15	(46.944)	(22.003)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	15	(156.545)	(14.885)
VALOR ADICIONADO BRUTO		167.833	(14.885)
Depreciação e amortização	15	(15.962)	-
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		151.871	(14.885)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	17	26.719	1.366
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		178.590	(13.519)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal:			
Remuneração direta		39.117	5.862
Benefícios		7.739	226
FGTS		1.720	82
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais		24.200	(3.189)
Estaduais		680	8
Municipais		14.366	-
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros	17	87.628	-
Aluguéis		671	6
Outros		3.795	80
Remuneração de capitais próprios:			
Prejuízo do exercício (período)		(1.326)	(16.594)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		178.590	(13.519)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A. (“CAAM”, “Bloco Norte” ou “Companhia”) foi constituída em 11 de junho de 2021 e tem por objeto social exclusivo a exploração, sob o regime de concessão do Aeroporto de Manaus – AM - Eduardo Gomes (“Aeroporto de Manaus”), de Porto Velho – RO – Governador Jorge Teixeira de Oliveira (“Aeroporto de Porto Velho”), de Rio Branco – AC – Plácido de Castro (“Aeroporto de Rio Branco”), de Boa Vista – RR – Atlas Brasil Cantanhede (“Aeroporto de Boa Vista”), de Cruzeiro do Sul – AC (“Aeroporto de Cruzeiro do Sul”), de Tabatinga – AM (“Aeroporto de Tabatinga”) e de Tefé - AM (“Aeroporto de Tefé”), a prestação dos serviços de execução, gestão e fiscalização dos serviços necessários à ampliação, manutenção e exploração dos Aeroportos da Amazônia.

#### Contrato de concessão

Em 20 de setembro de 2021, a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC” ou “Poder Concedente”) assinaram o contrato de concessão do “Bloco Norte”, com o período correspondente a 30 anos extensível por mais 5 anos (“Contratos de Concessão”).

Integram a concessão os bens necessários para a prestação do serviço de exploração aeroportuária disponibilizados pelo poder público e incorporados pela Companhia. Os investimentos em obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, não são passíveis de reembolso. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a infraestrutura do complexo aeroportuário.

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário dos Aeroportos da Amazônia, a Companhia pagou em 28 de setembro de 2021 uma contribuição inicial fixa de R\$429.818, decorrente da oferta realizada no respectivo leilão.

A Companhia pagará ao poder concedente contribuição variável nos percentuais de acordo com a tabela abaixo sobre a receita bruta (não incidente sobre a receita de construção reconhecida como efeito da *Interpretação Técnica – Contratos de Concessão - ICPC 01(R1)*).

<b>Período</b>	<b>Alíquota</b>
Da data de eficácia do contrato até o quarto ano-calendário completo	Zero
Quinto ano	0,79%
Sexto ano	1,58%
Sétimo ano	2,37%
Oitavo ano	3,16%
Até o final da concessão	3,95%

Como parte das atividades de concessão, a Companhia será remunerada pelas receitas tarifárias de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia e receitas não tarifárias relacionadas à exploração de atividades econômicas que envolvam a utilização de espaços no complexo aeroportuário.

#### Início das operações

Após a assinatura do contrato de concessão e depois de satisfeitos todos os requerimentos iniciais, como contratação de garantias, integralização mínima de capital, pagamento de outorga inicial e de valores decorrentes do leilão, tivemos a data de eficácia do contrato de concessão, no dia 22 de outubro de 2021.

## CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

A partir da data de eficácia foram disponibilizados 40 dias para a elaboração e apresentação do PTO – Plano de Transferência Operacional para a ANAC. A agência teve mais 40 dias para avaliar a aprovar o plano, e após a aprovação a Concessionária passou a ter o direito de exploração dos 7 Aeroportos do Bloco Norte entre os meses de janeiro e fevereiro de 2022 e, por conta disso, não existem receitas registradas no ano de 2021.

As transferências operacionais dos Aeroportos da Amazônia, antes administrados pela INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, ocorreram de forma sequencial de acordo com o quadro abaixo:

<u>Aeroporto</u>	<u>UF</u>	<u>Data de Início</u>
Aeroporto de Manaus	AM	11 de janeiro de 2022
Aeroporto de Rio Branco	AC	25 de janeiro de 2022
Aeroporto de Cruzeiro do Sul	AC	29 de janeiro de 2022
Aeroporto de Boa Vista	RR	08 de fevereiro de 2022
Aeroporto de Porto Velho	RO	12 de fevereiro de 2022
Aeroporto de Tabatinga	AM	16 de fevereiro de 2022
Aeroporto de Tefé	AM	18 de fevereiro de 2022

### Fases contratuais

Considerando que a data de eficácia do contrato de concessão é o dia 22 de outubro de 2021 e que, a Fase I-A foi o período de transferência das operações do operador aeroportuário para a Concessionária conforme as datas ilustradas acima, a próxima fase denominada Fase I-B, que é o período de ampliação e adequação dos aeroportos pela Concessionária conforme o que está especificado no PEA, tem previsão de término em 22 de outubro de 2024.

O início da Fase II que é a fase em que a Concessionária deverá cumprir integralmente as obrigações estabelecidas no PEA, incluindo ampliação, manutenção e exploração dos Aeroportos de acordo com as Especificações Mínimas da Infraestrutura Aeroportuária e o nível de serviço requerido se iniciará imediatamente após o término da Fase I-B citada acima e seu término será o fim do prazo contratual de concessão.

### Plano de investimentos

De acordo com o Anexo 02 – Plano de Exploração Aeroportuária (PEA) do contrato de concessão, existem investimentos necessários para a adequação da infraestrutura, para que possibilite a adequada prestação de serviços aos usuários.

Em 2022 foram iniciadas as contratações das empresas responsáveis pela execução das obras de ampliação e melhorias das infraestruturas aeroportuárias dos sete aeroportos integrantes da concessão.

### Financiamento

A fim de efetuar o pagamento da outorga inicial à ANAC em 28 de setembro de 2021, além dos estudos e investimentos iniciais, a Companhia contratou um financiamento ponte sob forma de debêntures, no montante de R\$ 600.000 em setembro de 2021 com 2 bancos de primeira linha (nota 11), e conta também com o suporte do acionista que até 31 de dezembro de 2022 havia subscrito a quantia de R\$ 760.000 de capital, que de acordo com o contrato de concessão, poderá ser mantido capital social subscrito e integralizado, de no mínimo R\$ 178.157 após o término dos investimentos previstos na seção 7 do Anexo 2 do PEA – Plano de Exploração Aeroportuária, com R\$ 253.600 já integralizado (nota 13). Este financiamento ponte foi integralmente quitado em 27 de dezembro de 2022 com o recebimento dos recursos do Financiamento de Longo Prazo.

Para a realização das obras de ampliação e melhorias a serem executadas até o fim da fase 1-B (fase que contempla as atividades de ampliação e adequação do Aeroporto, e que deverá ocorrer até o fim de 2024, conforme Contrato de Concessão), bem como efetuar o pagamento do financiamento ponte, a Companhia contratou um financiamento de longo prazo, no montante total de R\$ 1.350.000, sendo R\$ 600.000 via emissão de debêntures e R\$ 750.000 via cédula de crédito bancário (BASA).

No âmbito do financiamento de Longo Prazo foram recebidos, em dezembro de 2022, R\$ 457.000 relativos a primeira série das debêntures e R\$ 249.181 relativos ao primeiro desembolso da cédula de crédito bancário. Os próximos desembolsos estão previstos para ocorrer nos anos de 2023 e 2024 (nota 11).

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas na sua gestão.

### Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

#### 3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

##### 3.1.1. Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado; e (c) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

##### 3.1.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” - os quais não são aplicáveis à Companhia, “Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado” ou “Outros passivos financeiros”.

##### Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo, fornecedores e outras contas a pagar) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, acrescidos de multa por inadimplências.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

#### 3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.3. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los na apuração tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data de divulgação das demonstrações financeiras.

3.4. Outros ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

3.5. Ativos intangíveis

(i) Infraestrutura

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da Interpretação Técnica - ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operando e mantendo essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre a ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. O contrato estabelece também o pagamento pela Companhia ao poder concedente em ativos financeiros além da obrigação de ampliação da infraestrutura existente. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados aos usuários.

Para o reconhecimento do ativo intangível, de acordo com o OCPC 05 – item 38, nos contratos de concessão consideram-se bens vinculados à concessão aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.



Para os bens não vinculados à concessão, o OCPC 05 – item 40, descreve que esses ativos devem ser classificados no ativo imobilizado e que sejam aplicados os critérios de avaliação do CPC 27 – Ativo Imobilizado.

(iii) Direito de outorga

O contrato de concessão obtido pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de execução. Dessa forma, o gasto com o direito de outorga da concessão foi registrado ao valor justo na data inicial, sendo a amortização calculada pela curva de demanda chamada de WLU (WorkLoad Unit) ao longo do prazo da concessão.

3.6. Empréstimos e Financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo não circulante, de acordo com o calendário de pagamentos, no qual o primeiro pagamento será, pelo menos, 12 meses após a data do balanço (Nota 10).

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.7. Reconhecimento de receita

3.7.1. Receitas de serviços prestados

A receita de serviços prestados é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

- i) Receita tarifária - Receita de serviços tarifários são reconhecidos quando há a efetiva utilização dos serviços, equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contemplam as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia. Esses serviços são prestados e tarifados de acordo com as regras previstas no contrato de concessão e com as diretrizes do órgão regulador - ANAC.
- ii) Receitas de serviços não tarifários contemplam a exploração de atividades econômicas no aeroporto como: cessão de espaços, exploração de serviços de estacionamentos e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente, são negociadas livremente entre as partes contratadas e registradas mediante a efetiva prestação do serviço.

### 3.7.2. Receitas de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente considerando a interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e detalhado na nota 3.4(i). Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços de construção, quando incorridos. A administração entende, baseado em análises e cálculos suporte, que a margem de supervisão das obras é imaterial para fins de mensuração. Logo, receita de construção é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, com margem próxima a zero.

### 3.8. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). Devido ao fato de não haver efeitos diluidores, o resultado por ação básico é igual ao resultado por ação diluído.

### 3.9. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pelo órgão regulador, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar para fins de IFRSs, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.10. Mudanças das práticas contábeis e divulgações Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro são os seguintes:

Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

<u>Norma</u>	<u>Descrição da alteração</u>	<u>Vigência</u>
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16/ CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2023

<u>Norma</u>	<u>Descrição da alteração</u>	<u>Vigência</u>
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos acima ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3.11. *Impairment* de ativos não financeiros

As revisões de *impairment* de ativos não financeiros são realizadas anualmente ou se se houver indícios de que o ativo possa ter sofrido desvalorização.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram identificadas pela administração da Companhia evidências objetivas que justifiquem o registro de perdas de *impairment*.

#### 4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações financeiras da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas pelo método curva de demanda, equivalente ao longo do prazo da concessão, e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

##### (a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base nas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes foram utilizadas as alíquotas previstas para recuperação ou liquidação desses valores.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (Nota 18).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

##### (b) Provisão para manutenção técnica

As provisões para manutenções técnicas representam os gastos estimados para manter as superfícies pavimentadas do aeroporto nos níveis mínimos de qualidade, conforme critérios estabelecidos no contrato de concessão. Os valores são reconhecidos proporcionalmente à medida da passagem do tempo e foram levantados com base em estudos técnicos realizados internamente, de modo a refletir a melhor estimativa dos gastos que serão incorridos.

##### (c) Cálculo da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”)

Ao mensurar a PECLD a companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A inadimplência é uma estimativa da perda resultante da falta de pagamento dos clientes das faturas registradas no contas a receber. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor espera receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais.

CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da PECLD e representa uma estimativa da perda durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras, baseados ou negociações atuais.

(d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece a amortização no resultado de acordo com a WLU (workload unit), respeitando os limites impostos pela vida útil inferior ao prazo de concessão, amortizados pelo método linear de acordo com a respectiva taxa de amortização, e de forma prospectiva, com base no prazo remanescente da concessão. O reconhecimento do valor justo do ativo intangível decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas, e o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. A estimativa de vida útil do ativo intangível também requer um significativo nível de premissas e estimativas (definição da curva). O uso de diferentes premissas e estimativas, e mudanças futuras podem afetar a vida útil dos ativos intangíveis e podem ter um impacto relevante no resultado das operações.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fundo fixo	114	-
Bancos conta movimento	38.804	944
Aplicações financeiras	<u>235.599</u>	<u>89.802</u>
	<u>274.517</u>	<u>90.746</u>

Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras são de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB remunerados a taxas que variam entre 95% e 103% dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI (2021: 98% do CDI).

6. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2022</u>
Contas a receber	31.856
( - ) Perda de crédito esperada	<u>(3.111)</u>
	<u>28.745</u>

(a) Movimentação da perda de crédito esperada:

	<u>31/12/2022</u>
Saldo no início do exercício	-
Adições	(3.630)
Baixas	<u>519</u>
Saldo no final do exercício	<u>(3.111)</u>

## CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As perdas de crédito esperadas sobre contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada do devedor e em uma análise da atual condição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos dos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório. A Companhia constituiu perda de crédito esperada para a maior parte do contas a receber que continham faturas vencidas há mais de 90 dias e com base nas avaliações individualizadas de cada cliente.

#### (b) Composição do contas a receber por idade de vencimento (em dias)

	<u>31/12/2022</u>
A vencer	18.750
< 30	3.597
31-60	2.492
61-90	1.501
91-120	1.207
>120	4.309
	<u>31.856</u>

## 7. INTANGÍVEL

A composição e movimentação do intangível está representada a seguir:

#### (i) Composição do intangível

	Taxas anuais de amortização (%)	31/12/2022			31/12/2021
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de concessão	(*)	671.270	(15.706)	655.564	648.189
Software	20	3.150	(118)	3.032	66
Adiantamento à fornecedores	-	12.974	-	12.974	-
Intangível em andamento	-	68.018	-	68.018	22.003
		<u>755.412</u>	<u>(15.824)</u>	<u>739.408</u>	<u>670.258</u>

(\*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão foi reconhecida na rubrica de custos dos serviços prestados, considerando o prazo de concessão através do método da curva de demanda de passageiros e cargas (WLU – *workload unit*) conforme a vida útil econômica do bem. Os itens referentes ao contrato de concessão são investimento para concessão (reforma e ampliação) e outorga. A média ponderada esperada para amortização dos ativos referentes ao contrato de concessão para o exercício de 2022 é de 2,174% a.a..

Os encargos financeiros capitalizados em 2022 foram de R\$ 1.490.

CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Movimentação do intangível

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo no início do exercício	670.258	-
(+) Adições ao intangível – direito de concessão	26.580	648.189
(+) Adições ao intangível em andamento (nota 14 e 15)	46.944	22.003
(+) Adiantamentos à fornecedores	12.794	-
(+) Adição de Software	3.084	66
(-) Baixas	(4.428)	-
(-) Amortizações	(15.824)	-
Saldo no final do exercício	<u>739.408</u>	<u>670.258</u>

(iii) Redução do valor recuperável dos ativos (Impairment)

Em atendimento ao CPC 01 / IAS 36, para bens com vida útil definida é necessário realizar o teste de impairment uma vez que indícios forem identificados. Em 31 de dezembro de 2022 não foram identificados indícios de impairment para que o teste fosse realizado.

8. FORNECEDORES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores nacionais	47.016	13.972
Fornecedores estrangeiros	316	-
	<u>47.332</u>	<u>13.972</u>

9. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são:

	<u>Saldo contábil</u>	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>
		<u>Transações</u>		<u>Saldo contábil</u>
	<u>Partes</u>	<u>Gastos</u>	<u>Despesas</u>	<u>Partes</u>
	<u>Relacionadas</u>	<u>Capitalizados</u>		<u>Relacionadas</u>
VINCI Airports SAS (i)	40.610	-	17.983	22.627
Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. (ii)	28.033	1.309	18.786	7.938
VINCI Concessions (iii)	196	-	196	-
Total	<u>68.839</u>	<u>1.309</u>	<u>36.965</u>	<u>30.565</u>

- (i) Refere-se a reembolso de gastos incorridos relativos em particular ao leilão, às garantias de financiamento, gastos com apoio a implantação da concessão, consultoria técnica, uso da marca, contratação de seguros e reembolso de despesas.

## CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Refere-se a gastos com mão-de-obra, máquinas e equipamentos e reembolso de despesas pagas com prazo contratual de 4 anos e com emissões mensais de cobrança, com prazo de 20 dias para pagamento.
- (iii) Refere-se a reembolso dos gastos relativos ao pagamento de ações do programa CASTOR.

Não foram dadas ou recebidas nenhuma garantia em relação aos valores aqui apresentados.

Os valores pagos ao pessoal-chave da administração à título de remuneração estão demonstrados nas notas explicativas 15 e 16.

#### 10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures – 1ª emissão	R\$	-	484.858
Debêntures – 2ª emissão	R\$	457.632	-
Empréstimos	R\$	250.039	-
( - ) Custos de captação	R\$	(22.269)	-
		<u>685.402</u>	<u>484.858</u>
( - ) Circulante		-	484.858
Não circulante		685.402	-
<u>Debêntures</u>			

A Concessionária dos Aeroportos da Amazônia realizou duas emissões de debêntures, com duas séries cada.

A primeira emissão financiou os custos pré-operacionais, como pagamento de outorga, implantação do projeto e desenvolvimento de estudos voltados a execução contratual. Nesta emissão foram desembolsados R\$ 600.000, sendo:

- 1ª série, emitida em 16 de setembro de 2021, no valor de R\$ 475.000, com juros contratuais de 100% do CDI + 0,65% com vencimento previsto para 15 de setembro de 2022. Posteriormente foram realizadas duas postergações de vencimento, com um acréscimo da taxa de juros em cada prorrogação, sendo que em 27 de dezembro de 2022 ocorreu a quitação da 1ª série com os recursos provenientes da segunda emissão de debêntures.

- 2ª série, emitida em 15 de fevereiro de 2022, no valor de R\$ 125.000, com as mesmas taxas de juros também foi quitada no mesmo dia da 1ª série

Não foram requeridos covenants financeiros para esta emissão.

A segunda emissão de debêntures da Companhia, foi contratada no âmbito do financiamento de longo prazo do projeto em conjunto com a Cédula de Crédito Bancário (CCB) citada abaixo. Os recursos provenientes desta emissão foram utilizados no pagamento da primeira emissão e para o financiamento das obras de melhoria nos aeroportos do bloco. Esta emissão foi estruturada da seguinte forma:



## CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- 1ª série, desembolsada em 23 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 457.000, com taxa de juros de IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acrescido de 7,17% ao ano, tendo amortização semestral e pagamento de juros mensalmente, com primeiro vencimento do principal em maio de 2026 e com vencimento final em novembro de 2046.

- 2ª série, com previsão de emissão para março de 2024, no valor de R\$ 143.000, com a mesmas condições da 1ª série.

#### Empréstimos

No âmbito do financiamento de longo prazo a Companhia emitiu a Cédula de Crédito Bancário ("CCB") com o Banco da Amazônia S.A. ("BASA") no valor total de R\$ 750.000.

O empréstimo é dividido em 2 subcréditos, "A" e "B", com taxas de juros contratuais de IPCA +1,6812% e IPCA + 2,0549% respectivamente ao ano, tendo pagamentos de juros mensalmente e amortização anual, com vencimento inicial em janeiro de 2026 e pagamento final em janeiro de 2046.

A 1ª liberação da Cédula de Crédito Bancário ("CCB") foi realizada em 28 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 249.181, sendo R\$ 35.329 do subcrédito A e R\$ 213.852 do subcrédito B. São previstos mais três desembolsos, a serem realizados em 2023 e 2024, totalizando os R\$ 750.000 contratados.

#### (i) Prazo de vencimento

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
2022	-	484.858
2023 a 2025	-	-
2026	19.614	-
2027	29.572	-
2028 à 2046	658.486	-
	<u>707.671</u>	<u>484.858</u>

#### (ii) Movimentação

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo no início do exercício	484.858	-
( + ) Captação	831.181	475.000
( + ) Provisão de juros	75.352	-
( + ) Encargos capitalizados	1.490	9.858
( - ) Pagamento de principal	(674.281)	-
( - ) Juros pagos	(10.929)	-
( - ) Custos de transação	(22.269)	-
Saldo no final do exercício	<u>685.402</u>	<u>484.858</u>

(iii) Cláusulas de vencimento antecipado - *covenants*

As debêntures e as cédula de crédito bancário (BASA) possuem cláusulas de vencimento antecipado com cumprimento de obrigações financeiras e não-financeiras (“*covenants*”).

Para ambos os instrumentos de financiamento a Companhia é requerida a manutenção do valor mínimo de 1,3 do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“*ICSD*”) o qual possui seu cálculo especificado nos respectivos contratos.

Para o exercício de 2022, não há obrigação de aplicação de *covenants* financeiros e para os *covenants* não-financeiros não foram identificadas cláusulas não cumpridas.

(iv) Fianças bancárias

Para a CCB emitida junto ao BASA, são emitidas cartas de fiança bancária junto aos bancos conforme os desembolsos forem sendo realizados na proporção de: Santander (60,00%), BNP Paribas (26,67%) e ABC Brasil (13,33%).

Para o primeiro desembolso, realizado em 28 de dezembro de 2022, as cartas foram emitidas de acordo com a proporção indicada.

11. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO TÉCNICA

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 27.874 da rubrica provisão para manutenção técnica representa os gastos previstos para realização de programas de manutenção pesada, referentes principalmente às pistas de pouso e decolagem os quais se iniciam após 2023 e, por isso, foram classificados no passivo não-circulante.

12. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia é réu em ações de causa indenizatórias trabalhistas no valor de R\$ 363 (R\$ 0 em 2021) classificadas, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, como de perda provável, relacionadas a processos cíveis.

A Companhia também tem ações de natureza trabalhista, cível e administrativa envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis no montante estimado de R\$ 702 (R\$ 0 em 2021).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 11 de junho de 2021, a Companhia foi constituída mediante a emissão de 1.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo ações emitidas pela VINCI Airports SAS (“*Vinci*”), totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista Vinci Airports SAS.

Em 1 de julho de 2021, foi subscrito o montante de R\$ 759.999 pela Vinci no capital da Companhia. Em 21 de julho de 2021 e em 16 de agosto de 2021 foram integralizados os montantes de R\$ 9.000 e de R\$ 244.600 no capital da Companhia, respectivamente.

CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social e o quadro acionário da Companhia estão representados a seguir:

Acionista	Participação	Quantidade de Ações nominais	Capital social		
			subscrito R\$ mil	a integralizar R\$ mil	integralizado R\$ mil
Vinci Airports SAS	100,00%	760.000.000	760.000	506.400	253.600

14. RECEITA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31/12/2022</u>
Receita de embarque e conexão	72.210
Receita de pouso e permanência	32.539
Receita de armazenagem e capatazia	180.375
Receita de cessão de espaço	38.582
Outras receitas	672
	<u>324.378</u>
( - ) Impostos sobre o faturamento	<u>(44.894)</u>
Receita líquida	<u>279.484</u>

Receita de construção

Em 31 de dezembro de 2022, o montante referente a receita de construção foi de R\$46.944 (R\$22.003 em 2021).

15. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

(a) Custo operacional

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Operações aeroportuárias	(69.858)	(84)
Conservação e manutenção	(30.716)	(13)
Provisão para manutenção técnica (nota 11)	(27.874)	-
Custos com pessoal	(24.805)	(900)
Depreciação e amortização	(15.962)	-
Seguros e Garantias	(4.720)	(800)
Material, equipamentos e veículos	(3.368)	(5)
Honorários da diretoria	(260)	-
Gastos gerais	<u>(13.986)</u>	<u>(230)</u>
Total dos custos operacionais	<u>(191.549)</u>	<u>(2.032)</u>

(b) Custo de construção

Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Instrução Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 46.944 (R\$ 22.003 em 2021) como custo de construção.

16. DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Despesas gerais e administrativas</u>		
Despesas com pessoal	(14.450)	(2.402)
Viagens	(1.779)	(757)
Comunicação, marketing e publicidade	(1.751)	(63)
Consultoria e assessoria	(1.389)	(372)
Honorários da diretoria	(758)	(106)
Outros gastos gerais e administrativos	(5.480)	(15.696)
Total das despesas gerais e administrativas	<u>(25.607)</u>	<u>(19.396)</u>
Perda de crédito esperada	(3.111)	
Perdas permanentes	(14)	-
Total das despesas com vendas	<u>(3.125)</u>	-
	<u>(28.732)</u>	<u>(19.396)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicação financeira	21.331	1.366
Juros recebidos	807	-
Descontos obtidos	36	-
Outras receitas financeiras	4.545	-
Total das receitas financeiras	<u>26.719</u>	<u>1.366</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre financiamento	(87.628)	-
Imposto sobre operações financeiras – IOF	(28)	-
Variação cambial passiva	(6)	-
Outras despesas financeiras	(3.703)	(1)
	<u>(91.365)</u>	<u>(1)</u>
	<u>(64.646)</u>	<u>1.365</u>

CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(i) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(5.806)	(20.063)
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	1.974	6.821
<u>Diferenças permanentes</u>		
Despesas indedutíveis	4	-
Outras adições permanentes	2.502	-
Efeito de IRPJ e CSLL no resultado	<u>4.480</u>	<u>3.469</u>
IRPJ e CSLL Diferidos	14.681	3.469
IRPJ e CSLL Correntes	<u>(10.201)</u>	<u>-</u>
Total do IRPJ e CSLL	<u>4.480</u>	<u>3.469</u>

(ii) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrados impostos diferidos ativos oriundo do estoque de prejuízo fiscal e impostos diferidos ativos calculados sobre diferenças temporárias. Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Diferido ativo – prejuízo fiscal e base negativa	2.361	6.821
Diferido ativo (passivo) – diferenças temporárias	<u>15.790</u>	<u>(3.352)</u>
	<u>18.151</u>	<u>3.469</u>

CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Impostos diferidos - composição

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Diferenças temporárias		
Provisão para manutenção técnica	27.874	-
Provisão de fornecedores	12.205	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.111	-
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	363	-
Outras diferenças temporárias	2.888	(9.859)
	<u>46.441</u>	<u>(9.859)</u>
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Diferido ativo (passivo) – diferenças temporárias	<u>15.790</u>	<u>(3.352)</u>

(iii) Saldos de antecipações de IRPJ e CSLL

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldos de pagamentos antecipados de IRPJ e CSLL oriundos dos recolhimentos realizados durante o exercício no montante de R\$ 10.466 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021) que devem ser compensados com impostos devidos de períodos futuros.

19. COBERTURA DE SEGURO

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência até</u>	<u>Cobertura</u>
Riscos operacionais (property)	Setembro/2023	R\$ 1.563.060
Responsabilidade civil aeronáutica	Dezembro/2023	USD 500.000
Riscos de Engenharia	Dezembro/2026	R\$ 808.939
Excesso de Guerra (AVN 5G)	Dezembro/2023	USD 250.000
Riscos Diversos (terrorismo)	Janeiro/2024	R\$ 340.000
Performance bond	Setembro/2024	R\$ 132.122
Responsabilidade Civil Obras	Dezembro/2024	R\$ 50.000
Responsabilidade civil ambiental	Março/2024	R\$ 38.000
Responsabilidade Civil Geral	Setembro/2023	R\$ 10.000
Seguro Frota	Julho/2023	R\$750

Seguro riscos operacionais (property)

A Companhia contratou a cobertura de seguro no valor de R\$ 1.563.060 mil para cobertura pessoal ou de terceiros o pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 20 de setembro de 2023 e cobertura variável de acordo com os eventos ocorridos.

Seguro de responsabilidade civil aeronáutica

Seguro tem por objetivo garantir indenização e/ou reembolso de despesas incorridas até o limite contratado, em decorrência da realização dos riscos cobertos, conforme estabelecido nas condições gerais, especiais e particulares. Com vigência até 31 de dezembro de 2023 com um limite de indenizações em caso de sinistro de aproximadamente R\$ 2.608.850 mil.

Seguro performance bond

Este seguro abrange as obrigações no contrato de concessão com cobertura de R\$ 132.122. O seguro tem a finalidade de garantir à ANAC as obrigações contratuais da concessão, com vigência até 13 de setembro de 2024.

Seguro de responsabilidade civil ambiental

A Companhia contratou a cobertura de seguro no valor de R\$38.000 com vigência até 19 de março de 2024 para indenizações por danos civis, relativa a reparações por danos materiais e/ou corporais causados à terceiros, ocorridos durante a vigência desde contrato e que decorram de riscos cobertos nele previstos.

Seguro de riscos diversos (terrorismo)

Seguro com vigência até janeiro de 2024 com cobertura de seguro no valor de R\$ 340.000 para casos de danos a estrutura e a terceiros em casos de tumulto, greves entre outros riscos diversos.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado - taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Maior que 5 anos	Total
Fornecedores	47.322	-	-	-	47.322
Financiamento	-	-	49.185	658.486	707.671
Total	<u>47.420</u>	<u>-</u>	<u>49.185</u>	<u>658.486</u>	<u>755.091</u>

CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Gestão do risco de capital

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e Financiamentos	10	685.402	484.858
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	5	(274.517)	(90.746)
Dívida líquida		410.885	394.112
Total do patrimônio líquido		235.680	237.006
Índice de alavancagem financeira (%)		1,743	1,663

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

d) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2022, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

e) Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos apresentados abaixo são mensurados pelo custo amortizado e não há variações significativas quando comparados com seu valor justo.

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Ativos financeiros</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	274.517	90.746
Contas a receber	28.745	-
Adiantamentos diversos	11.065	594
Total dos ativos circulantes	314.327	91.340
<u>Passivos financeiros</u>		
Fornecedores	47.332	13.972
Adiantamento de clientes	3.091	-
Empréstimos e financiamentos	685.402	484.858
Outras contas a pagar	1.285	-
Total dos passivos circulantes	737.110	498.830



f) Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação as contas a receber), incluindo também depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Para as contas a receber a Companhia registra uma provisão para perdas esperadas de acordo com a probabilidade de os clientes honrarem com seus compromissos e para os valores relacionados a instituições financeiras, trabalha somente com bancos de primeira linha.

g) Risco de mercado

Risco da taxa de juros e inflação

Decorre da parcela da dívida atrelada à IPCA e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Análise de sensibilidade

a) Ativos financeiros

Foram calculados 2 cenários negativos de 25% e 50%, a fim de avaliar o impacto na receita financeira da Companhia para sensibilizar o indexador no qual havia exposição na data de encerramento dessas demonstrações financeiras.

Operação	Risco	Saldo em 31/12/2022	Cenário Provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI*	274.517	12,39% 34.013	9,29% 25.509	6,20% 17.006

a) Passivos financeiros

Foram calculados 2 cenários positivos de 25% e 50%, a fim de avaliar o impacto na despesa financeira da Concessionária para sensibilizar o indexador no qual a Concessionária estava exposta na data de encerramento dessas demonstrações financeiras.

Operação	Risco	Saldo em 31/12/2022	Cenário Provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Financiamento	IPCA*	707.671	5,79% 40.974	7,24% 51.218	8,69% 61.461

\* As taxas de CDI e IPCA utilizadas na tabela de sensibilidade como cenário provável foram obtidas no Banco Central do Brasil e IBGE, respectivamente.

CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

21. PREJUÍZO POR AÇÃO BÁSICO E DILUIDO

O prejuízo básico por lote de ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(1.326)	(16.594)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	253.600	241.555
Prejuízo básico por ação e diluído - R\$	<u>(0,0052)</u>	<u>(0,0687)</u>

22. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Capitalização líquida de juros no ativo intangível (vide nota 7.ii)	1.490	9.858
Outros custos capitalizados	-	12.015

23. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto completo das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e concluíram que as referidas demonstrações traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovaram em 18 de maio de 2023.

\*\*\*